

# APONTAMENTOS SOBRE AS CATEGORIAS RURAL, URBANO, CAMPO, CIDADE: A PERSPECTIVA DE UM *CONTINUUM*<sup>1</sup>

Lucelina Rosseti ROSA<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente texto objetiva contribuir para o debate sobre a problemática rural-urbana, desenvolvida nos últimos anos em suas dimensões teórica e prática. Verificando como as categorias campo, cidade, rural e urbano foram trabalhadas por acadêmicos brasileiros, em diferentes disciplinas, a reflexão tem como ponto de partida o recente debate sobre a produção de estatísticas acerca dos espaços do campo e da cidade, ao mesmo tempo que resgata trabalhos representativos das décadas de 60, 70 e 80 que abordaram os aspectos socioculturais da relação rural-urbano. O esforço na presente reflexão é, primeiramente, pontuar de maneira sistematizada parte das discussões teóricas, propondo a retomada da noção de *continuum*; em segundo lugar, chamar a atenção para o uso destas categorias empiricamente e para a importância de se discutir esta problemática em nível intramunicipal.

**Palavras-Chave:** Campo; cidade; contigüidade rural-urbano.

**Abstract:** This article objective contribute for debate about the problematic rural-urban, develop in last years, in yours measurements theoretical and practical. Checking as the categorys countryside, city, rural, urban have been labouriou from brazilians academics, in differents disciplines, the reflection is as starting the recent debate about the production of statistics about the space's countryside and city, and rescue studies representatives in the decades of sixty, seventy and eighty that approach the features socials and cultural of the relation countryside-city. The effort in the reflection is to organize is as way method thes debates theoretical, consider the notion of continuum;

---

<sup>1</sup> O texto é resultado do Projeto de Pesquisa em andamento intitulado *Do campo à cidade, da cidade ao campo - ruralidade e urbanidade em territórios contíguos: o caso de Araraquara-SP*, com fomento do CNPq.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Sociais - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista - 14800-901 - Araraquara - SP e bolsista CNPq/PIBIC - 2003/2004.

in the second place, to call attract attention for the use of categories (empirically), and for importance talk over this problematical in level municipal.

**Keywords:** Countryside; city; proximity rural-urban

A presente reflexão sobre a problemática rural-urbana faz parte de um estudo mais amplo, cujo objetivo é verificar como se realizam as relações entre campo e cidade, rural e urbano a partir de estudos desenvolvidos no município de Araraquara-SP. O texto que se segue é resultado do levantamento e análise de uma bibliografia, procedimento realizado em um primeiro momento da pesquisa em que o esforço concentrou-se na compreensão de como tais categorias foram trabalhadas na academia brasileira, especialmente no que se refere aos estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais – Sociologia, Geografia e Economia. Buscou-se detectar diferentes abordagens a partir de autores distintos, tendo como ponto de partida as discussões recentes e ao mesmo tempo resgatando alguns trabalhos representativos das décadas de 60, 70 e 80, momento em que se intensificaram as relações existentes entre campo e cidade no país, não apenas no aspecto econômico, mas no político e social. Por outro lado, o trabalho traz a discussão proposta para o nível intramunicipal, pontuando alguns aspectos empíricos desta problemática, referenciando o caso específico do município de Araraquara-SP. O esforço nesta reflexão é, primeiramente, pontuar de maneira mais sistematizada parte das discussões teóricas já produzidas a este respeito no Brasil, propondo a retomada da noção de *continuum* rural-urbano; em segundo lugar, chamar a atenção para o uso destas categorias empiricamente, atentando para a importância do debate em âmbito local.

### **Um olhar sobre a bibliografia**

As categorias campo, cidade, rural, urbano têm sido constantemente discutidas pelas Ciências Sociais, especialmente por economistas e geógrafos que passaram a repensá-las por conta das transformações sociais da contemporaneidade.

Na sociedade do século XXI, o padrão de vida consumista, voltado para a mercantilização das relações e dos espaços resulta na dificuldade de

se trabalhar e caracterizar rural e urbano, tanto em escala nacional quanto regional.

Evidentemente a compreensão teórica destas dimensões do real - rural e urbano - não é uma tarefa recente, pois desde as primeiras décadas do século XX aspectos econômicos, políticos e socioculturais da relação campo-cidade foram abordados, sobretudo por conta do acelerado processo urbano-industrial que se instalava nacionalmente. É nas décadas de 50 e 60 deste mesmo século que os estudos sobre esta temática se intensificam, sendo que a grande maioria deles trabalhava sob um forte viés dicotômico, ou seja, abordava a realidade rural e urbana levando em consideração duas realidades totalmente distintas, de maneira que a existência de uma excluía a outra.

Hoje, contudo, para discutir tais categorias não se pode deixar de situar como marco histórico importante o processo de modernização do campo, intensificado no Brasil a partir da década de 60 do século XX, momento em que as relações entre meio rural e urbano tornaram-se mais intensas, ao mesmo tempo em que esses espaços tornavam-se cada vez mais heterogêneos e diversificados, tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas. Especialmente no estado de São Paulo, sabe-se que antes da industrialização da agricultura e da instalação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) cada espaço - campo e cidade - tinha funções, paisagens e relações bem definidas. Porém, com a intensificação das atividades capitalistas e com uma maior integração entre estes espaços, as articulações e os fluxos passaram a ser cada vez mais freqüentes.

Neste contexto, gradualmente, a abordagem da relação cidade-campo voltou a ser discutida. O que modifica agora é a orientação e o enfoque dado pelos diferentes profissionais que trabalham com este tema, sendo que o debate sobre a caracterização propriamente dita e a definição dos espaços do campo e da cidade nunca foram tão intensivamente propostos como nos últimos anos, na passagem do século XX para o XXI. Sobretudo a partir da década de 90, surgiram diversos trabalhos acadêmicos questionando os referenciais estatísticos brasileiros, apontando novas tendências. Nesse debate tem-se ressaltado o fato de que muitos dados estatísticos que servem como referência aos pesquisadores se distanciam da realidade. Para os críticos, o Brasil não seria tão urbano quanto parece, uma vez que toda e qualquer sede municipal é considerada urbana, sendo

que a classificação de população rural e urbana dentro dos municípios se dá apenas em função da localidade, como aponta Veiga (2003, p. 55):

Aquí, toda sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais. Além disso, a delimitação dessas ‘cidades’, prerrogativa das Câmaras Municipais, inexistente em quase 40% dos casos, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos.

Tendo em vista a permanente problemática da relação campo-cidade, rural-urbano, é que pesquisadores reivindicam hoje maior precisão na geração dos referenciais estatísticos. Chamam atenção ainda para o fato de que pequenos municípios, em muitos casos, não propiciam à sua população experiência de vida urbana – por conta das atividades econômicas exercidas pela população, oferta de serviços públicos, modo de vida, etc – apresentando-se esta de maneira frágil e precária (WANDERLEY, 2001).

Por outro lado, coloca-se ainda um outro debate, cujo conteúdo tem dado ressignificação ao meio rural em função das novas formas de produção e trabalho que se desenvolvem no campo, e que resultam na própria modificação da configuração espacial deste meio. Isto porque o meio rural - sempre associado à atividade agrícola - passa a comportar uma série de outras atividades que anteriormente eram desenvolvidas apenas nos centros urbanos, como turismo, moradia, entre outras. Em função destas transformações, surgem no plano teórico uma série de denominações acerca do rural: “novos atores sociais no campo”, “renascimento da ruralidade”, etc.

De maneira mais enfática, alguns pesquisadores salientam que a diversificação das atividades exercidas no meio rural, configurariam o denominado “novo rural”. Nesse “novo rural”, local do exercício de novas funções, marcado pela intensificação da técnica e modernização das atividades econômicas, segundo Silva (1998), estariam presentes o crescimento do chamado *agrobusiness* e o aumento das atividades não-agrícolas – moradia, lazer, prestação de serviços – etc. Tais processos resultariam, segundo esta perspectiva, em uma nova configuração econômica e social, na qual as especificidades do campo e da cidade, bem como de suas populações, tenderiam a se reduzir. Nessa mesma tendência, e influenciados por discussões realizadas no exterior – particularmente na Europa –, pesquisadores brasileiros têm trabalhado com a perspectiva de reafirmar o campo no Brasil como área dinâmica e não como local de atraso ou carência. Pensar que o meio rural seria um obstáculo ao

desenvolvimento social seria ocultar a importância e potencial econômico nele existentes, já que não pode ser considerado mais um meio secundário no que se refere à proposição de políticas públicas, na medida em que teria capacidade de preencher funções necessárias ao desenvolvimento de suas populações e da sociedade (ABRAMOVAY, 2000).

Mas, se admitimos que o meio rural tornou-se diversificado, podemos afirmar que este espaço comporta hoje variadas formas de existência e, nesse sentido, a idéia de um “novo rural” não pode ser generalizada. É preciso considerar neste caso, as disparidades locais e regionais de cada área do país. O campo é hoje espaço de riqueza e de pobreza, de luta pela terra e de grandes latifúndios, do *agrobusiness* e da pequena produção. Porém, alguns estudos não levam em consideração este fato e tendem a aproximar – unicamente do ponto de vista econômico – a relação que se estabelece entre campo e cidade, no sentido de que as transformações estariam homogeneizando-os, não se falando mais em rural, mas em “novo rural”, em “rurbano”.

Todavia, se de um lado estão os pesquisadores que repensam esta problemática na tentativa de resgatar a importância do rural como uma forma particular de vida e de organização social, do outro colocam-se aqueles que consideram o urbano como um processo muito mais complexo, presente nos mais diversos espaços sociais, os quais tenderiam a se homogeneizar. Abordagens tais como as desenvolvidas no âmbito da Geografia – que trabalha com a temática urbana – seguem esta perspectiva. Elas têm como princípio a idéia de que o urbano seria um processo simultâneo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, irradiando-se para além do espaço das cidades. O resultado seria a difusão de um padrão de gostos, valores e de vida cada vez mais homogêneos.

Neste sentido, no mundo atual, a sociedade capitalista (o capital e o Estado em conjunção com outros agentes) produz um espaço (fragmentado, homogeneizado e hierarquizado) cada vez mais urbanizado, isto é, as cidades e o campo envoltos em valores e padrões que designam a vida urbana permeada, em todos os instantes, por mercadorias, por um economicismo desenfreado. (FREIRE, 2001, p.449)

Assim, o padrão de vida urbano, produtor e reproduzidor de riqueza estaria integrando os espaços e populações, articulando ideologias, transformando os lugares, costumes, homogeneizando-os, resultado do próprio movimento do sistema econômico.

É por conta da forte aproximação e confluência entre as formas de organização do meio rural e urbano que pesquisadores apontam que caracterizar estes espaços e populações no contexto atual não seria possível, uma vez que as necessidades dos grupos residentes tanto no campo quanto na cidade seriam análogas.

Em função desses processos, se comumente compreendíamos o campo como o espaço típico em que o modo de vida rural predominava e a cidade como o espaço típico do modo de vida urbano, atualmente polarizar ou pensar que estas formas de organização estão muito distantes torna-se tão arriscado quanto afirmarmos que houve a eliminação do rural pelo urbano. E ao refletir sobre esta problemática hoje surge a questão: até que ponto pode-se trabalhar e qualificar estas esferas – rural e urbano –, uma vez que com o avanço das cidades sobre o campo o urbano é visto comumente como a paisagem e o modo de vida predominante?

Aqui cabe resgatar o fato de que muitos estudos produzidos nas Ciências Sociais brasileiras – especialmente na Sociologia e na Antropologia – foram desenvolvidos durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, e procuraram demonstrar, entre outras perspectivas, as particularidades da vida no campo. Eram trabalhos que não negavam a força do urbano como fenômeno recorrente, mas que chamavam a atenção para o fato de que as especificidades da vida rural não eram facilmente eliminadas. Muitos destes trabalhos levavam em conta a permanência de costumes, de tradições, de valores, mesmo que de forma reelaborada, oferecendo-nos ainda hoje um instrumental teórico pertinente. Em trabalho de 1969, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p. 25) apontava:

Não há razão para se supor que venham a se apagar totalmente as diferenças entre o meio rural e o meio urbano, uma vez que a organização do trabalho permaneceu como uma diferenciação de base entre os dois tipos de sociedade. [...] Sem falar que o comércio e serviços também têm características próprias no modo pelo qual se organizam.

Muitos destes estudos consideravam que a forma de organização do trabalho é que seria o traço distintivo entre o modo de vida exercido no campo e aquele exercido na cidade. Também neste momento – décadas de 60 a 80 –, outros estudos produzidos no âmbito da Sociologia enfocaram as transformações dos bairros rurais. Um dos trabalhos pioneiros e mais

significativos foi o de Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito*. Tal estudo demonstrava que as populações tradicionais residentes no campo não eram marcadas pelo isolamento, como tendia-se a considerar. Ao contrário, estes grupos se constituíam pela integração que estabeleciam com outros núcleos em seu entorno.

Ainda assim, algumas análises já chamavam a atenção para a dificuldade em se trabalhar com a ruralidade de uma dada população frente a uma sociedade cada vez mais urbanizada:

Nossa ruralidade, ainda presente nos grandes centros, é hoje fragmentária, resultado da desarticulação cultural em que naufragaram inúmeras subculturas regionais, com suas práticas culturais, suas crenças, suas formas espontâneas de controles sociais. As migrações nada mais fizeram do que trazer para os grandes centros, restos degradados da antiga cultura tradicional ou rústica, folclorizando as manifestações mais resistentes, num evidente processo de desvalorização. (WHITAKER, 1984, p.10)

Do ponto de vista metodológico, pareceu-nos ainda bastante valiosa a proposta de Queiroz (1978), que salientava a importância de se perceber, acima das diferenças, a interdependência entre rural e urbano. Inserindo estas duas esferas do real em uma estrutura mais ampla, a qual denominava sociedade global, a autora ressaltava que rural e urbano são dois fatos que ora se aproximam, ora se distanciam, de acordo com o momento histórico. Esta metodologia de análise dialética permitia, segundo ela, reconhecer que os aspectos econômicos, culturais e demográficos da relação campo-cidade podem ser análogos, mas também diferenciados, de acordo com a conjuntura de cada sociedade. É assim se apresentaria a relação campo-cidade no país. Se no Brasil colônia tínhamos uma perspectiva homogênea, no sentido de que o rural é que predominava na forma de organização social – fomentando o próprio surgimento das cidades –, em um segundo momento, com a industrialização, as relações se invertem e a cidade passa a fomentar o meio rural, fazendo crescer a heterogeneidade social, cultural, econômica e demográfica. Mas, contestando a idéia de que rural e urbano tenderiam à homogeneização, a autora afirmava que a identidade de cada uma destas esferas não se perderia facilmente.

A cultura anteriormente homogênea que apresentavam meio rural e meio citadino vão paulatinamente se diferenciando, o meio urbano afirmando cada vez mais sua supremacia e exaltando sua cultura para o meio rural; porém o meio

rural conserva traços que lhe são peculiares. Quer nos períodos mais antigos, quer nos períodos contemporâneos, rural e urbano mantiveram qualidades que lhe são próprias. (QUEIROZ, 1978, p.309)

Frente a diferentes proposições, coloca-se a questão de como trabalhar com as categorias campo-cidade, rural-urbano no dias de hoje sem perder de vista as relações sociais que são estabelecidas pelos grupos. Adotar um viés economicista, que percebe as populações em sua homogeneidade – porque consumidoras – seria pertinente? Por outro lado, partilhar da idéia de que o urbano estaria moldando à sua maneira os espaços e as populações rurais não seria perder de vista a fluidez que sempre existiu entre campo e cidade?

É diante destes questionamentos que se retoma aqui a validade e atualidade da metodologia supracitada. Em trabalho realizado no município de João Pessoa, Maia (1999) identifica a presença do rural como modo de vida na paisagem urbana. A existência de currais, estábulos, granjas, chácaras demonstram a permanência de atividades rurais não apenas como fonte de renda para alguns, mas também como manutenção de hábitos peculiares de alguns moradores. Segundo a autora, necessidade e desejo se confundem na configuração do que ela denomina de “resíduos” do rural dentro da cidade.

Assim, podemos afirmar que nestes subespaços rurais, além de encontrarmos a criação de animais, temos moradores da cidade que conservam hábitos como: comprar leite ‘*in natura*’ entregue na porta de casa, de praticar a vaquejada nos fins de semana, de acordar cedo para levar o gado para pastar, enfim, de ainda fazer o seu tempo, a sua cidade, por fim a sua vida urbana. (MAIA, 1999, p.219)

O conceito de *continuum* foi inicialmente utilizado pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield (em meados de 1930), ao realizar estudos etnográficos em grupos específicos no México. Segundo este autor existiriam variações e continuidades entre os aspectos culturais das populações urbanas e não-urbanas. Com o aumento da heterogeneidade e complexificação dos grupos sociais, este continuum caminharia para o urbano. Assim, a urbanização enfraqueceria os laços estabelecidos pelos grupos rurais, difundindo traços próprios da vida urbana como o aumento da individualidade e a fragmentação das comunidades. Porém, muitas críticas foram feitas ao seu modelo teórico, já que este polarizava rural e urbano, visualizando a homogeneização da sociedade e não levando em consideração a interação e os fatores históricos de cada grupo.

Pode-se afirmar, com isto, uma continuidade entre espaços e populações rurais e urbanas? Nesta perspectiva, estudiosos apontam a configuração de um *continuum* entre campo e cidade. A despeito de não se tratar de um conceito recente<sup>3</sup>, atualmente esta expressão tem sido utilizada para caracterizar situações em que tanto formas de vida e de trabalho rurais quanto urbanas estariam integradas. Todavia, quando se investiga mais atentamente o seu uso, percebe-se a perspectiva de homogeneização dos aspectos socioculturais e econômicos explícitos nesta abordagem. Em uma perspectiva geográfica, essa relação mútua aparece determinada pelo urbano. Já em Castells (1975, p. 62) nota-se esta tendência:

O rural e o urbano são pólos opostos de um mesmo '*continuum*' em cujo seio podem constatar-se, empiricamente, situações completamente diferentes e matizadas, mas que no fim das contas possuem em comum dois traços essenciais: situam-se todas nesse '*continuum*' e evoluem todas do rural para o urbano.

Tomando como parâmetro a utilização deste conceito no âmbito das Ciências Econômicas, percebe-se que tal noção é ainda mais enfática: "O *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinados por sua vinculação social." (ABRAMOVAY, 2000, p.16). Tal afirmação parece não considerar a trajetória de vida, bem como aspectos peculiares da cultura das coletividades. Observa-se no entanto que assim como compreender as categorias campo, cidade, rural e urbano pode levar a distintas concepções e caracterizações definidas pelas diferentes disciplinas, o conceito de *continuum* segue a mesma tendência, pois é utilizado de maneira diferenciada a partir de cada área do conhecimento.

Nos últimos anos, poucos são os estudos que tratam, a partir de uma perspectiva sociológica, especificamente da qualificação das categorias rural e urbano, sendo que a própria temática rural parece deixar, gradualmente, de ser tema de pesquisa. Todavia, duas reflexões ganham importância nesse sentido: a primeira, de Ferreira (2000), faz um resgate dos significados atribuídos à noção de rural no debate acadêmico nacional e internacional; a segunda, de Marques (2002), reorganiza de forma sistemática diferentes discussões acerca do conceito de rural, chamando atenção para o fato de que o desenvolvimento

<sup>3</sup> Sobre a abordagem do autor, ver: (QUEIROZ, 1978)

só pode ser concebido a partir do momento em que campo e cidade forem pensados como elementos constituintes de uma totalidade.

Vale ressaltar que nestas últimas abordagens o rural passa a ser concebido à luz de dois elementos chaves: a **heterogeneidade** da sociedade brasileira, que nem sempre pode ser avaliada a partir de modelos prontos ou concebidos em outras sociedades; a **esfera local** como escala mais adequada para realização de diagnósticos e proposição de soluções para os problemas enfrentados pelas populações rurais.

Diante desse conjunto de situações, bem como de algumas abordagens que tratam as populações rurais e urbanas como homogêneas, nota-se a necessidade de estudos que discutam o modo de vida das populações e a própria ruralidade, já que algumas questões ainda permanecem: pode-se realmente afirmar a eliminação dos valores – e da cultura – rurais em meio à sociedade contemporânea, denominada cada vez mais como urbana? Por outro lado, pode-se afirmar que toda população residente nas cidades tem o urbano como padrão de vida? Em que medida os valores de grupos rurais estariam eliminados? Pode-se considerar a existência de um “novo rural”, e para quem? Como compreender o fato de que dentro de áreas urbanas existem locais em que a paisagem nos revela a presença da ruralidade?

Em meio aos constantes processos de transformações tanto no campo, quanto na cidade, considera-se que estudos sobre esta problemática partindo do nível intramunicipal são extremamente pertinentes, sobretudo porque surgem, cada vez mais, novas configurações na organização espacial dos municípios, a serem avaliadas paralelamente à elaboração de planos e projetos de desenvolvimento mais amplos.

Temos no Brasil uma ruralidade em reconstrução sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementariedade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades. (FERREIRA, 2002, p.41)

Considera-se, no entanto, que campo e cidade só podem ser concebidos – na contemporaneidade – em suas relações. Relações estas que podem ser avaliadas a partir de diferentes eixos: legal, espacial, paisagístico, demográfico, sociocultural, econômico, histórico, entre tantos outros que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre rural e urbano. Nesse contexto, acredita-se que o conceito de *continuum* possa ser repensado não para reforçar

a dicotomia urbano-moderno *versus* rural-atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo quanto a cidade – e tanto a população rural, quanto a população urbana – são partes de uma mesma sociedade.

### **Do teórico ao empírico: rural e urbano em uma perspectiva intramunicipal**

É diante dos questionamentos supracitados que se partiu, em um primeiro momento da pesquisa, para o estudo empírico da problemática em escala intramunicipal, com o objetivo de verificar como eram concebidos o espaço rural e urbano e suas relações em Araraquara, região central do estado de São Paulo.

Um primeiro aspecto a ser salientado é o fato de que, em Araraquara, a atividade agrícola e a política exercida pelos grandes fazendeiros fizeram parte da construção de sua história. Ganhando independência administrativa em 1832, quando se institui a Câmara dos Vereadores, o município passou por diferentes momentos em sua ocupação. Ao longo de todos os anos, o que se percebeu foi uma transformação gradual da vila – antes eminentemente ruralizada – em cidade média devido ao crescimento das funções e diversificação das atividades econômicas. As atividades agrícolas, sendo complementadas e consolidadas no espaço urbano, estiveram presentes praticamente em todos os momentos caracterizando, de certa forma, um dos vínculos estabelecidos entre campo e cidade. Posteriormente, contudo, o município também sofreu as conseqüências do processo de modernização do campo. Os números oficiais obtidos sobre a sua população ilustram as conseqüências deste processo:

**Tabela 1:** Crescimento demográfico do município de Araraquara, SP - 1940/2000

PERÍODO/ POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
URBANA	33.172	36.476	60.591	84.582	118.778	152.203	173.569
RURAL	34.552	26.212	22.307	15.884	9.331	10.152	8.902
TOTAL	67.724	62.688	82.898	100.466	128.109	162.355	182.471

Fonte: Brasil (2000).

Em parte, o aumento da população urbana e o crescimento físico da área urbanizada do município podem ser explicados por um processo mais geral, em que grande parcela da população rural – por conta da instabilidade das condições de vida no campo e das políticas de modernização – se dirigia para as cidades. Contudo, deve-se atentar para o aspecto qualitativo desta expansão. Particularmente em Araraquara-SP, o crescimento físico pautou-se por uma forte política de especulação imobiliária e valorização das terras urbanas. O crescimento da cidade insere-se em um contexto, nas décadas de 70 e 80, de supervalorização das terras urbanas, ao mesmo tempo em que crescia o número de loteamentos em função da industrialização e da migração rural-urbana (DAVID, 1993). Conseqüentemente, aumenta o número de habitações construídas e destinadas, principalmente, às camadas populares. Juntamente com este processo e com a diminuição da população residente no campo, poderíamos pensar que o modo de vida rural, no município trabalhado, foi gradualmente eliminado. No entanto, identificam-se nos limites da área urbana locais em que, por meio da paisagem, é possível notar que a ruralidade ainda se encontra presente. Em estudo realizado por Coelho (1991), observa-se a permanência de um modo de vida diferenciado, mesmo que nas proximidades da área urbana. “Um passeio pelo bairro é a melhor prova de que a sua ruralidade continua forte. As paisagens são encantadoras, marcadas até por um certo bucolismo, que alguns pensam não mais existir” (COELHO, 1991, p.50).

Tendo em vista a permanência de locais como este, pode-se dizer que “signos” e elementos de ruralidade estão presentes no município de Araraquara. Tal fato é perceptível tanto na visualização da paisagem (forma) quanto na maneira diferenciada como alguns grupos se organizam (conteúdo), denunciando a vida urbana singular produzida por parte de sua população<sup>4</sup>.

Porém, tão importante quanto a vivência dos moradores em seus locais de moradia, um outro aspecto significativo a ser avaliado nesta discussão é a concepção dos espaços físicos. Para compreender como se estabelecem essas relações, um dos objetivos propostos pela pesquisa foi compreender como eram concebidos os espaços do campo e da cidade no município, partindo de duas fontes principais de pesquisas: as definições estabelecidas pela Prefeitura

---

<sup>4</sup> Tal fato pôde ser constatado na etapa posterior do presente estudo, que investigou a existência e resistência de elementos representativos de um estilo de vida diferenciado, sendo reproduzido em bairros compostos por chácaras dentro do espaço considerado urbano pelo município.

Municipal e pelo referencial estatístico mais significativo no município, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atentando assim para os critérios de classificação do espaço físico e das populações rurais e urbanas em Araraquara, constatou-se incompatibilidades na leitura do seu território.

Segundo definições estabelecidas no último Censo Demográfico (2000), a situação do domicílio, bem como da localização da população, pode ser **urbana** ou **rural**.

Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definido por lei municipal em vigor em 1<sup>o</sup> de agosto de 2000. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondente às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério é também utilizado na classificação da população urbana e rural. (BRASIL, 2000)

Por outro lado, as leis que descreviam o perímetro urbano do município de Araraquara datavam dos anos de 1986 e 1988 sendo que após 1988, toda modificação realizada na área urbana foi regulamentada através de leis complementares, anexas à lei principal do perímetro. A última lei criada para incluir loteamentos na zona urbana do município data de 16 de agosto de 2000<sup>5</sup>. Esta lei, no. 5.472, incluía na zona urbana do município de Araraquara cerca de 14 loteamentos<sup>6</sup>. Logo, foi possível constatar, a partir da coleta dos dados, que os loteamentos supracitados foram, durante o último Censo Demográfico, computados como pertencentes à *área rural* do município, pois ainda não se encontravam legalizados -- a despeito de existirem há alguns anos. Vale salientar que esses bairros já eram urbanizados de fato -- no sentido de que possuíam todos os equipamentos urbanos necessários -- mas cujos dados foram incorporados à população rural do município trabalhado.

Segundo informações disponibilizadas, se um bairro urbanizado não é legalizado (pela prefeitura) no momento do Censo Demográfico, ele será

---

<sup>5</sup> Como nos informou o setor de Planejamento Urbano da prefeitura local, no momento de coleta dos dados.

<sup>6</sup> Os loteamentos, hoje considerados transformados em bairros, são: Conjunto Habitacional Victório De Santi; Conjunto Habitacional Victório De Santi II; Jardim dos Industriários; Jardim Santa Júlia II; Jardim São Rafael I e II; Jardim Maria Luiza IV; Jardim Residencial Lupo I; Jardim Residencial Lupo II; Parque Igaçaba; Jardim Veneza; Jardim Urupuru; Maria Luiza III; Jardim Pinheiros II; Altos do Jardim Pinheiros.

considerado pelo IBGE como rural. Por conta da morosidade dessa legalização e da ausência de parceria entre os órgãos municipais, verifica-se que muitos dos dados estatísticos produzidos acabam se distanciando da realidade.<sup>7</sup> Chamou-nos atenção, diante disso, o descompasso na geração das informações em âmbito local, fato que pode se transformar em uma barreira para a própria formulação de políticas públicas.

O fato é que ainda é comum a desconexão de informações produzidas pelas cidades. Não raramente se encontram municípios onde cada setor ou órgão da Prefeitura Municipal ou de outras esferas governamentais e não-governamentais possuem diferentes formas de divisão territorial. Ou seja, cada organização ou setor estabelece um código de leitura a respeito do mesmo território, dificultando ou impossibilitando o cruzamento dessas informações. (KOGA, 2002, p. 28)

Frente à reflexão em nível intramunicipal, nota-se que a dimensão legal da relação campo-cidade pode não acompanhar, na prática, os aspectos paisagísticos, espaciais e as novas configurações resultantes dos fluxos estabelecidos pelas atividades econômicas e populações residentes em ambos os espaços. Nesse sentido, considera-se que a concepção de rural e de urbano passa, antes de qualquer definição realizada em instância macro e burocrática, pela forma de organização da vida da população. Entende-se assim que investigar como se configura localmente o espaço do campo e da cidade é relevante, uma vez que a produção dessas informações é fundamental para qualquer prática ou ação política municipal.

## Considerações Finais

Diante dos elementos teóricos aqui pontuados e da investigação prática desenvolvida, constatou-se a existência de diferentes posições acerca da problemática rural-urbana e que as contradições quanto à qualificação destas

---

<sup>7</sup> É importante salientar, no entanto, que a discussão sobre campo e cidade no município de Araraquara insere-se em um momento particular, de transição, em que será implementado o Plano Diretor Municipal – discutido com maior intensidade ao longo de todo o ano de 2003. Deve-se ressaltar, assim, que há uma clareza por parte do poder público sobre os problemas que as definições antes vigentes de área rural, área urbana e área de expansão urbana causaram e ainda estão causando. Todavia, a concepção espacial do território araraquarense tem sido reelaborada, com o intuito de abranger as mais diferentes atividades produtivas desenvolvidas no município, e com uma forte preocupação com os impactos ambientais causados por essas diferentes atividades. Paralelamente, o intuito é minimizar parte dos problemas gerados pela divisão espacial anteriormente concebida.

esferas ainda permanecem. Na prática, existem inúmeras limitações no que se refere à caracterização do espaço do campo e da cidade – como se pôde observar no caso de Araraquara-SP. Assim, acredita-se que a necessidade de dados estatísticos mais eficazes é emergencial. Por outro lado, é necessário superar as visões dicotômicas ou as que tentam negar uma destas esferas (rural e urbano) para avançar na discussão. Pensar ainda que o urbano estaria moldando à sua maneira os espaços rurais, seria negar a fluidez existente entre ambos. Por outro lado, não se pode negar a relação da sociedade com o território, pois o espaço geográfico é ponto de partida e ao mesmo tempo produto das relações sociais.

Diante da presente reflexão, acredita-se que a abordagem do campo e da cidade, bem como do rural e do urbano, deve levar em consideração a noção de um *continuum*, já que a riqueza das informações surge quando percebemos a relação prática que se estabelece entre essas esferas. Todavia, verifica-se que é necessário repensar o conceito de *continuum*, não abandonando as formas de produção e consumo, as relações sociais e a própria configuração espacial dos grupos em uma dada área.

Nesse sentido, abordagens interdisciplinares parecem ser instrumentos importantes na investigação dessa relação. Torna-se fundamental, ainda, levar em consideração a história, as raízes, a trajetória dos grupos, uma vez que tais elementos determinam, em muitos casos, a reprodução cotidiana de coletividades.

Não se pode negar que existem distinções - espaciais, paisagísticas e culturais - entre a vida no campo e na cidade, mas as especificidades só podem ser avaliadas quando se leva em consideração a contigüidade, a articulação das duas esferas em constante fluidez.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da realidade no desenvolvimento contemporâneo. In: \_\_\_\_\_ . **Inter-relações entre as transformações demográficas e agenda social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 702).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: característica da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

- CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CASTELLS, M. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- COELHO, M. **Bairro dos Machados**: entre o sonho e a realidade. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- DAVID, E. **Morar e viver no Selmi-Dei**: conquista e apropriação do espaço na periferia de Araraquara. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18, 2000.
- FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e geográfico**: geografia agrária no Brasil 1930-1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FREIRE, A. L. O. As práticas socioespaciais urbanas; contribuições para refletir sobre a cidade. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p.445-60.
- KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social e Sociedade**, v.23, p.22-52, 2002.
- MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, A L.; CARLOS, A T; SEABRA, O. C. (Org.). **Espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p.214-20.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v.18, n.19, p.95-112, 2002.
- QUEIROZ, M. I. P. (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**: ensaios. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. In: SILVA, J. G. da.; SHIKI, S.; ORTEGA, A. C. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1998. p.75-99.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e ruralidade: entre a pequena cidade e o mundo rural. In: \_\_\_\_\_. **Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife: [s.n.], 2001.

WHITAKER, D. C. **A ideologia e práticas culturais: o conceito ideológico dos trabalhadores de cana**. 1984. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.